

Paidéia, 2005, 15(30), 21-29

OS SENTIDOS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL: O CONVITE CONSTRUCIONISTA PARA A PSICOLOGIA¹

*Emerson Fernando Rasera*²

Universidade Federal de Uberlândia

Marisa Japur

FFCLRP-Universidade de São Paulo

Resumo: O construcionismo social é um movimento que tem ganhado destaque na literatura internacional em Psicologia na última década e encontra seus primeiros passos no Brasil. O objetivo deste texto é descrever os múltiplos sentidos do convite construcionista, apresentando as histórias da origem deste movimento, suas contribuições e as principais tensões e questionamentos aí produzidos. Partindo de um conjunto de críticas ao fazer científico, as propostas construcionistas buscam ressaltar a especificidade cultural e histórica das formas de conhecermos o mundo, a primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento, a interligação entre conhecimento e ação e a valorização de uma postura crítica e reflexiva. Estas propostas convidam assim a uma prática científica que se implique culturalmente e que promova a ampliação dos vocabulários relacionais.

Palavras-chave: construcionismo social; ciência; Psicologia; teoria.

THE MEANINGS OF SOCIAL CONSTRUCTION: THE CONSTRUCTIONIST INVITATION TO PSYCHOLOGY

Abstract: The social constructionist movement has been in prominence in the international psychological literature in the last decade and it is now rising in Brazil. The objective of this text is to describe the multiple meanings of the constructionist invitation through the histories of its origin, its contributions and the main tensions and debates produced. Considering a set of critics to scientific practice, constructionist's proposals emphasize the historical and cultural specificities of our ways of knowing the world, the primacy of human relationships in the production and maintenance of knowledge, the link between knowledge and activity and the valorization of a reflexive and critical stance. These proposals invite a culturally sensitive scientific practice that promotes the enhancement of our relational vocabularies.

Key-words: social constructionism; science; Psychology; theory.

O construcionismo social é um movimento que tem ganhado destaque na literatura internacional em Psicologia na última década e encontra seus primeiros passos no Brasil (Spink, 1999; Grandesso, 2000; Rasera & Japur, 2001, 2003). Buscando contribuir com a difusão da perspectiva construcionista no Brasil, o objetivo deste texto é descrever os múltiplos sen-

tidos do convite construcionista, apresentando as histórias da origem deste movimento, suas contribuições e as principais tensões e questionamentos relativos às propostas construcionistas.

Histórias da origem

A tentativa de definir o que vem a ser o construcionismo social tal como presente na literatura em Psicologia é uma tarefa difícil, seja pelas questões envolvidas, seja pela crescente produção que tem ocorrido. É possível tentar iniciar esta tarefa afirmando que não há uma definição única, amplamente

¹ Artigo recebido para publicação em 18/03/2004; aceito em 04/05/2005.

² Endereço para correspondência: Marisa Japur, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Departamento de Psicologia e Educação, Avenida dos Bandeirantes, 3900, CEP: 14090-910, Ribeirão Preto – SP, E-mail: mjapur@ffclrp.usp.br

aceita, do que vem a ser o construcionismo social. Alguns definem o construcionismo como um movimento (Gergen, 1985, 1997), outros afirmam que os autores considerados construcionistas têm entre si apenas uma ‘semelhança familiar’ (Burr, 1995), e outros ainda afirmam não existir uma psicologia construcionista social (Potter apud Nightingale & Cromby, 1999).

O surgimento do construcionismo na Psicologia é, segundo alguns autores (Burr, 1995), datado de 1973, com a publicação do artigo de Kenneth Gergen “Social psychology as history” (Gergen, 1973). Contudo, este mesmo autor questiona a possibilidade de circunscrever desta forma o surgimento do construcionismo. Segundo ele, a história do construcionismo social está inserida no contexto do desenvolvimento da ciência, pautada por três críticas ao fazer científico que contribuíram para a construção de uma concepção alternativa ao pressuposto do conhecimento como posse do indivíduo: a crítica social, a ideológica e a retórico-literária.

A crítica social emergiu de autores tais como Marx, Weber, Scheler e Karl Mannheim, os quais estavam preocupados com a gênese social do pensamento científico, ou seja, de como o conhecimento é cultural e historicamente situado. De particular importância para o construcionismo foram os estudos dos processos micro-sociais presentes na produção científica, seja na construção do fato científico, nas práticas discursivas de autolegitimação, ou na influência do grupo na forma como os dados são interpretados.

Já a crítica ideológica possui uma forte identificação com ‘teoria crítica’ da Escola de Frankfurt - Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamim e outros. Esta crítica, para além de sua orientação marxista original, está presente atualmente em diversos setores das ciências humanas. Ela busca explicitar os vieses presentes na construção de determinadas teorias, decorrentes de seu compromisso com grupos sociais específicos. Dessa forma, a teoria crítica rejeita a idéia de neutralidade na ciência e sua possibilidade de descrição objetiva e acurada do mundo.

A crítica retórico-literária, por sua vez, busca mostrar como as descrições e explicações científicas são determinadas pelas regras de apresentação lite-

rária, as quais absorvem o objeto de tais descrições, fazendo-o perder seu status ontológico, sua independência do processo descritivo. Em paralelo aos estudos literários, a investigação retórica aponta as formas pelas quais tais descrições ganham seu poder persuasivo, através do uso de determinadas metáforas, e formas específicas de apresentação da relação autor/leitor e do objeto descrito. Ela desloca a investigação do objeto para os meios de sua apresentação. A partir desta crítica, o texto científico fica então aberto para análise de suas metáforas, as quais não são derivadas da observação, mas “servem como estruturas retóricas através das quais o mundo observacional é construído” (Gergen, 1997, p. 41).

Assim, estas três críticas redimensionam as teorias científicas, explicitando seu caráter comprometido, sua determinação histórico-cultural e enfraquecendo uma visão da ciência como uma descrição objetiva e acurada da realidade, na qual a linguagem é sustentadora da verdade. É no bojo do pensamento pautado por estas críticas que emerge o construcionismo. Para Gergen (1997), buscar uma história da gênese do construcionismo é remontar à história de cada um destes empreendimentos. Dado que esta tarefa está para além dos objetivos deste trabalho, é importante retornar agora para as idéias que caracterizam o construcionismo social.

Congruências descritivas nas perspectivas construcionistas

Neste texto, o construcionismo se refere a uma perspectiva multifacetada e a um discurso que busca se articular em torno de algumas questões centrais. Apesar da dificuldade em determinar um conjunto único de descrições que agregue todos aqueles que possam ser chamados de construcionistas, parece haver um certo consenso entre diversos autores (Burr, 1995; Nightingale & Cromby, 1999; Gergen, 1999) em torno de quatro descrições centrais para o desenvolvimento de uma perspectiva construcionista, quais sejam:

1. A especificidade cultural e histórica das formas de se conhecer o mundo.

A realidade não demanda formas específicas de descrevê-la. Ou seja, não há uma relação de ne-

cessidade entre as palavras e a realidade que elas descrevem. Contudo, ao se utilizar determinada palavra em uma situação dada, realiza-se uma opção que define tal realidade de formas específicas. Para os construcionistas, as descrições do mundo não guardam correspondência com uma realidade situada para além das formas de dizê-la, mas são, elas próprias, maneiras de construção desta realidade. Assim, a linguagem não reflete um mundo independente, mas o constrói a todo momento. Esta construção da realidade através da utilização de determinadas descrições e explicações se dá a partir das condições sócio-históricas concretas dos sistemas de significação. Assim, estudos sociológicos, antropológicos e históricos mostram de que maneira o que vem a ser entendido como, por exemplo, criança, beleza, maternidade pode variar conforme o tempo e o lugar.

2. A primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento.

As explicações sobre o mundo são resultado da coordenação da ação humana, ou seja, dos significados construídos em relacionamentos. Para os construcionistas, o significado das palavras é decorrente do seu uso social, das formas pelas quais são utilizadas nos relacionamentos existentes. Segundo Gergen (1999, p. 48), “o relacionamento antecede tudo que é inteligível”. Assim, as descrições sobre o mundo não são o resultado da observação objetiva da natureza, mas a construção de uma comunidade linguística que, a partir de processos sociais - negociação, comunicação, conflito e consenso -, pode produzir significados locais duráveis no tempo.

3. A interligação entre conhecimento e ação.

As diferentes formas de descrever o mundo implicam diferentes formas de ação social. Conforme Nightingale e Cromby (1999), “nós procuramos ativamente explorar aspectos do nosso mundo, de formas específicas segundo motivos específicos, e assim o fazendo criamos conhecimento, o qual então tomamos como a ‘verdade’ sobre o mundo” (p. 05). Estas descrições e explicações compartilhadas, ‘verdadeiras’, servem para sustentar determinadas formas de viver e agir no mundo, determinadas instituições, e tradições. Assim, a manutenção de determinadas tradições depende do processo contínuo de produção de sentido. Nas palavras de Gergen (1999), “o passado não garante nada”(p. 49).

4. A valorização de uma postura crítica e reflexiva.

Ao considerar o conhecimento como sendo relativo e dependente do conjunto de práticas e condições sócio-históricas no qual surge o construcionismo, o mesmo promove uma postura crítica constante sobre as formas de descrever o mundo. É necessário repensar aquilo que é dado como certo nas formas de pensar e perceber o mundo: compreender o mecanismo de determinadas descrições e maneiras de pensar, para que servem, em que situações e para quem. Gergen (1999) alerta que neste exercício é importante não perder de vista que ele sempre é feito a partir da inserção em uma tradição que possui determinados valores e promove determinadas ações e formas de viver. A própria tradição deve ser então analisada através de uma postura reflexiva, que convide a múltiplas descrições das coisas, que suspeite do óbvio, e que legitime outras tradições, afirmando-as tal como a sua própria, apenas enquanto uma tradição.

Como vários autores apontam (Burr, 1995; Gergen, 1997, 1999), estas descrições construcionistas têm uma série de implicações, das quais pode-se destacar:

a. O antiessencialismo. À medida que o construcionismo destaca o processo de construção do mundo social, ele se posiciona contrário à visão de que haja uma essência no interior das coisas que determina e explica o que estas coisas são. Vale destacar que o essencialismo pode se apresentar sob a forma de determinações biológicas ou culturais, ambas questionadas pelo construcionismo social.

b. O anti-realismo. Esta postura se traduz pela rejeição da idéia de que o conhecimento possa ser produzido por uma apreensão direta da realidade, a qual existe independente de nossa percepção e pode ser acessada através de determinados procedimentos que revelarão a verdadeira natureza do real. Para os construcionistas, o conhecimento é gerado por processos sociais que constroem o real a partir de diferentes descrições.

c. A linguagem como forma de ação social. Os construcionistas não definem a linguagem como meio passivo de expressão e transmissão de informações, mas a consideram em seus aspectos performáticos, de construção ativa do mundo. À medida que se descrevem determinadas situações usando um vocabu-

lário e uma forma específica, daí decorrem diferentes ações e construções do real.

d. O foco na interação e nas práticas sociais. Dadas as implicações anteriores, o construcionismo privilegia as interações sociais, os relacionamentos entre as pessoas como foco de investigação. São nestas relações que as negociações sobre as definições a respeito do mundo ocorrem e, portanto, onde se pode aprender o processo de construção social do mesmo.

e. O foco no processo. Decorrente desta última implicação, a pesquisa construcionista não despreza o que as coisas são, mas o processo pelo qual são ativa e continuamente construídas entre as pessoas. O foco deixa de ser as estruturas relativamente estáveis do indivíduo ou da sociedade, para ser os processos de construção do conhecimento e do mundo.

Construcionismos sociais: diferenças e semelhanças

Este conjunto de descrições e implicações permite circunscrever relativamente os autores construcionistas como um grupo que partilha um conjunto de posicionamentos. Na tentativa de definir melhor este grupo, é possível buscar pelas semelhanças e diferenças que ele tem em relação a outros pensadores, bem como entre si.

Entre o grupo de autores que se aproximam do construcionismo e merecem uma maior atenção, pode-se destacar aqueles que se filiam a um pensamento construtivista. O construtivismo, tal como o construcionismo, constitui uma alternativa às dificuldades trazidas pelo pensamento empirista e racionalista. O construtivismo busca redefinir a relação sujeito-objeto, ressaltando o papel ativo do conhecedor no processo de construção do conhecimento. Entre as diferentes versões de construtivismo tem-se o construtivismo radical, o crítico, o moderado, o dialético, o social, o terapêutico, o epistemológico e o hermenêutico (Grandesso, 2000). Cada uma destas diferentes versões enfatiza ou subestima um ou outro aspecto do processo de construção do conhecimento, seja, por exemplo, na definição de conhecimento, como correspondendo, ou como se adaptando ao real; seja, no fato de considerar a realidade no processo de construção do conhecimento, afirmando-a ou negando-a.

Segundo alguns autores (Gergen, 1997; Grandesso, 2000), as duas principais semelhanças entre as perspectivas construtivistas e construcionistas são: a) a ênfase na natureza construída do conhecimento, a partir da qual ambas questionam a possibilidade de garantias fundacionais para a ciência empírica; e b) a crítica à visão da mente humana como refletindo um mundo independente, o que as leva a questionar a construção do conhecimento como algo edificado na mente isolada através da observação.

Já as diferenças se iniciam pela definição de mente e mundo, as quais constituem as bases do construtivismo, enquanto para o construcionismo nem à mente, nem ao mundo é garantido status ontológico, pois estas são expressões construídas nos relacionamentos, constituintes de práticas discursivas, que são negociadas entre as pessoas. Além disso, segundo Gergen (1997), o construtivismo preserva a tradição individualista, buscando os processos intrínsecos ao indivíduo, enquanto o construcionismo enfatiza as origens sociais do conhecimento, mantendo um foco nos processos micro-sociais.

Esta busca pelas semelhanças e diferenças entre estas perspectivas e o debate sobre as questões aí subjacentes têm causado grandes polêmicas neste campo. Uns olham apenas para a semelhança entre tais perspectivas, ou simplesmente, não fazem distinção entre ambas, tais como Efran e Clarfield (1998) e Niemeyer (1998). Outros afirmam a importância em se ressaltar a diferença, tais como Hoffman (1990), Leppington (1991), Dickerson e Zimmerman (1996), Fried Schnitman e Fuks (1996), e Anderson (1997). Gergen (1997), apesar de propor uma descrição do construcionismo como diferente do construtivismo, alerta para o cuidado em se estabelecer formulações fixas e finais, nas quais se impeça o diálogo com o outro. Ele ressalta que o exercício da pureza conceitual pode, às vezes, ser importante, mas na maioria delas, ele não se faz necessário e uma visão híbrida pode ser útil e produtiva.

O próprio Gergen (1997) aponta que em relação, especificamente, ao construtivismo social, é possível reconhecer uma semelhança no que se refere à visão do conhecimento como determinado por processos sociais, tal como no construcionismo. Contudo, para ele, os autores do construtivismo social ain-

da objetificam um mundo mental específico, diferentemente do proposto pelo construcionismo.

Além destas diferenças com outros grupos, há também as diferenças internas ao próprio construcionismo. As diferenças entre os diversos autores construcionistas podem ser observadas através de algumas classificações de seus trabalhos propostas por Danziger (1997) e Zuriff (1998).

Danziger (1997) em uma análise de onze livros da coleção 'Inquiries in Social Construction' propõe uma classificação dos textos produzidos nesta coleção como 'light constructionism' e 'dark constructionism'. O primeiro se refere àqueles autores para os quais a vida pode ser transformada através de uma abertura à multiplicidade do discurso, não havendo muitas referências a questões de poder, e privilegiando o nível microssocial para o estudo da construção do conhecimento. Já os autores classificados dentro do 'dark constructionism' enfatizariam os aspectos não-discursivos dos relacionamentos humanos, especialmente aqueles relativos às questões de poder. Estes autores buscam então analisar de que maneira o corpo e as estruturas sociais se constituem em locais de produção deste poder, privilegiando as estruturas macrosociais no estudo da produção do conhecimento.

A classificação proposta por Zuriff (1998) divide o construcionismo em duas partes: o construcionismo empírico e o construcionismo metafísico. O construcionismo empírico distingue o mundo natural do mundo construído e considera os resultados da pesquisa em Psicologia como descrições do mundo natural. O construcionismo metafísico nega estas posições, rejeitando a visão de que o mundo natural consiste de uma realidade externa, objetiva e independente da mente humana. A proposta de Zuriff está acompanhada de uma crítica na qual o autor propõe que se deva eliminar o construcionismo metafísico em favor de um construcionismo empírico. Ela afirma que a maior parte dos trabalhos construcionistas são empíricos apesar de muitas vezes serem considerados metafísicos. Trata-se de uma classificação que aponta para algumas tensões existentes neste campo, e explicita algumas interpretações diferentes de uma proposta construcionista.

Além disso, outra forma de construcionismo é a proposta por Shotter (1993), o construcionismo

responsivo-retórico. Shotter, baseado em uma visão dialógica tal como proposta por Bakhtin, afirma que é através do estudo de momentos interativos entre as pessoas, nos quais elas têm que continuamente reagir umas às outras espontaneamente e praticamente, através de uma compreensão ativa e responsiva, que será possível compreender como as pessoas se constroem. A ênfase é posta no estudo do processo de conhecer e responder ativamente às outras pessoas.

Conforme apontam Rasera, Guanaes e Japur (2004), em uma análise das descrições do processo de construção do self na obra de Gergen e Harré, ambos auto-intitulados e reconhecidos como construcionistas, esses autores apresentam diferentes descrições do que vem a ser ciência, Psicologia, construcionismo e self, alertando para o cuidado de se situar o construcionismo do qual se fala, de forma a evitar a afirmação de uma única versão e reconhecer a multiplicidade existente nesse campo.

Críticas e reflexões sobre as propostas construcionistas

O conjunto de diferenças, sejam elas internas ou externas, que foi apontado até o momento, antecipa as principais divergências e tensões existentes em torno do construcionismo (Parker, 1998; McNamee, no prelo). O conjunto de críticas e defesas do construcionismo ao mesmo tempo em que o coloca no centro das discussões atuais, levando à publicação de dois números especiais da revista *Theory and Psychology* (junho/2001 e outubro/2002), parece gerar um aprisionamento em um ritual de teoria-crítica-e-debate interminável (Shotter & Lanamman, 2002). Evitando trazer para este trabalho os labirintos deste debate, serão apresentadas as considerações de Gergen (1997, 1999) a respeito dessas críticas que permitem entender os principais questionamentos postos ao construcionismo social. Dentre eles destacam-se aqueles referentes:

1) Ao lugar da experiência pessoal. Aqueles que defendem a primazia da experiência pessoal se viram ameaçados frente às proposições construcionistas de uma ontologia relacional, na qual a mente individual perde sua base ontológica, transformando todos os constituintes do self em construções culturais historicamente contingentes. Para

Gergen, contudo, esta proposição construcionista não torna ilegítima a preocupação teórica e cotidiana com a experiência pessoal, mas redefine esta preocupação como um discurso utilizado para desenvolver os relacionamentos humanos e não como uma afirmação da verdade referente a um outro plano da realidade - o mundo mental.

2) À definição do real. Muitos afirmam que o construcionismo nega a realidade e qualquer preocupação com esta. Porém, como diz Gergen, o construcionismo é ontologicamente mudo. Ele nem nega a realidade, nem faz qualquer afirmação sobre a mesma. Para os construcionistas não há uma descrição fundacional sobre o mundo, e sempre que há uma busca por fazê-la, ocorre a entrada no mundo do discurso, em um processo de construção linguística permeado pelas condições sociais, históricas e culturais daquele momento. Com isto, o construcionismo afirma que não há uma descrição universalmente melhor. Cada descrição é sempre produto de convenções locais, pois está inserida em uma tradição, em uma comunidade que privilegia certas formas de vida, que utiliza determinados vocabulários, que incentiva práticas definidas e promove valores específicos. Aqueles construcionistas insatisfeitos com estas explicações de Gergen, tais como Nightingale e Cromby (1999), buscaram incorporar questões relativas à materialidade, à corporeidade e ao poder em seus trabalhos.

3) Ao relativismo ontológico. Alguns pesquisadores criticaram o construcionismo acusando-o de incoerente, afirmando que as idéias por ele promovidas também eram simplesmente construções, não carregando um status de verdade. Em acordo com seus críticos, para os construcionistas, suas idéias são artefatos sociais, construções histórico-culturais utilizadas por um conjunto de pessoas ao se relacionarem. Assim, tais críticos, ao buscarem estabelecer o caráter socialmente construído das explicações construcionistas só contribuíram para afirmar o que propõe esta perspectiva. Por outro lado, para os construcionistas, a busca de uma verdade objetiva transcendental é irrelevante para a aceitação de suas idéias, mesmo porque “não há teoria do conhecimento que possa coerentemente fornecer garantias de sua própria verdade ou validade” (Gergen, 1997, p. 77). As concepções construcionistas não buscam uma verdade superior que elimi-

ne outras teorias, mas incentivam o questionamento contínuo sobre como estas teorias contribuem para os relacionamentos humanos.

4) Ao relativismo moral. Uma forma feroz de crítica ao construcionismo tem sido feita por aqueles que afirmam que ele desencoraja o comprometimento com qualquer conjunto de valores, incentivando uma permissividade generalizada. A consistência desta afirmação é, contudo, questionável: uns afirmam que o construcionismo é feminista, outros, o contrário; uns destacam os legados marxistas, outros os rejeitam; uns o percebem como profundamente moral, outros como promotor de uma irresponsabilidade moral. Apesar de não haver defesas explícitas sobre um conjunto de valores nos escritos construcionistas, é fácil reconhecer alguns valores existentes em suas concepções. Contudo, segundo Gergen (1997), “a postura construcionista não defende um conjunto de concepções morais sobre outro” (p. 81). Ao fazer isto, ela não deveria ser criticada, pois não há fundamentos de uma moralidade bem definida e amplamente aceita contra a qual opor o relativismo construcionista. Ao adotar tal postura, de abandono de fundamentos transcendentais sobre a realidade e a moralidade, o construcionismo convida a uma deliberação moral, buscando refletir sobre as posições morais vigentes em nossa sociedade.

5) Ao relativismo conceitual. Dado que o construcionismo convida a uma multiplicidade de formas de descrição do mundo, questionando qualquer possibilidade de se estabelecer uma ontologia de base, ou uma base epistemológica para um priorizar universal de qualquer realidade, alguns críticos afirmaram a impossibilidade de se reconhecer as diferenças entre diversas construções ou formas de pensar. Frente a esta crítica, Gergen propõe duas respostas. Primeiro, se por um lado, os críticos afirmam que o construcionismo não permite uma clara distinção das diferenças, por outro lado, eles próprios também não têm como afirmar o conhecimento de semelhanças compartilhadas universalmente, o que só seria possível, conforme Gergen (1997), a partir de “uma visão do olho de Deus do verdadeiro e do racional” (p. 83). Segundo, para o construcionismo, que privilegia uma visão pragmática da linguagem, o significado dos termos é dependente do seu uso social. Assim, afirmar a semelhança ou a diferença entre sistemas de signi-

ficado depende de acordos locais que variam sócio-historicamente, e não de fatos empíricos. “Declarações construcionistas de diferenças contextuais não se baseiam em fatos empíricos, mas são simplesmente mais compatíveis com nossas formas contemporâneas de argumentação do que o seu contrário” (Gergen, 1997, p.84).

6) Ao problema do progresso científico. À medida que o construcionismo questiona as visões fundacionais sobre a racionalidade científica, o progresso da ciência e o estabelecimento de provas da teoria através da observação, os críticos perguntam como ele explica o desenvolvimento da ciência, as novas tecnologias e produtos criados nas últimas décadas. Primeiramente, Gergen (1997) afirma que o construcionismo não nega que aconteçam fatos na ciência, mas questiona o processo de descrever algo como se este resultasse num reflexo do que está sendo descrito, como se ele informasse sobre a natureza do real. Em segundo lugar, ao analisar o papel da teoria na ciência, Gergen (1997) afirma que em um contexto de predição, esta funciona como um jargão comum que possibilita aos cientistas desenvolverem relacionamentos uns com os outros. Neste sentido, uma teoria não faz previsões, mas é valorizada por suas capacidades pragmáticas, possibilitando critérios específicos para sua avaliação. Em terceiro lugar, Gergen (1997) questiona o que chamamos como ‘progresso’ científico. Segundo ele, o construcionismo mostra que a ciência não busca uma proximidade com a ‘verdade’, que não há uma teoria científica que ‘capture os contornos’ do que existe e que o abandono desta retórica de progresso pode ser vantajoso, ao evitar a postura competitiva na ciência e promover uma consideração pelas práticas e disciplinas desacreditadas pela ausência de progresso. Conforme Gergen (1997).

“Apesar de nossas teorias não se moverem inexoravelmente em direção a uma maior fidelidade com a natureza e nós não chegarmos mais perto da ‘verdade’ neste processo, oferecemos então para a cultura (...) uma amplitude crescente de inteligibilidades e práticas” (p. 92).

7) Ao perigo de elitismo. Se por um lado, o construcionismo aponta para o risco de se estabelecer uma descrição única do real através de um conjunto específico de teorias que se pretendem verdadeiras e superiores, por outro, este mesmo risco pode ser atribuído às contribuições construcionistas, com seus proponentes afirmando o que é semelhante e isolando perspectivas diferentes. Frente a este risco, Gergen (1999) destaca três aspectos da perspectiva construcionista que podem contribuir para preveni-lo: a) a despreensão construcionista por buscas fundacionais, o que não lhe fornece justificativas transcendentais, nem a afirmação de supostas superioridades; b) o interesse nas potencialidades de orientações alternativas existentes em diferentes tradições; e c) o reconhecimento da fragilidade dos significados e seu caráter negociado, o que dificulta a afirmação de limites rígidos e estáveis entre as formas de pensamento e proporciona a ampliação do diálogo.

Além destes questionamentos, aos quais Gergen (1997, 1999) busca responder, há uma crítica específica, não considerada por ele, que seria importante apontar. Esta crítica se refere à inter-relação entre os níveis micro e macrosociais. Danziger (1997), ao estabelecer as diferenças entre o ‘light’ e o ‘dark constructionism’, aponta que o primeiro se preocupa com o nível microsocial e o segundo com o macro, não havendo, contudo, nos estudos construcionistas, uma reflexão mais atenta sobre a relação entre estes dois níveis.

Michael (1997) faz o mesmo tipo de alerta ao realizar sua crítica à definição de mudança nos textos construcionistas. Para este autor, muitos trabalhos construcionistas que descrevem a construção do self em um contexto local, institucional e histórico, apesar de apontarem a conexão entre os diferentes níveis, não teorizam a inter-relação entre os mesmos. Este autor defende então que o construcionismo deve produzir uma teoria microsocial da mudança na qual se enfatize o aspecto criativo deste nível da interação humana, para além do processo de reprodução de certas práticas discursivas.

A preocupação destes autores, diferente de uma crítica que busca apontar contradições ou problemas nas proposições construcionistas, convida a uma reflexão radical sobre o significado do contexto relacional na construção da realidade. Neste sentido,

suas indagações apontam para a necessidade de se teorizar a inter-relação entre esses diferentes contextos, e trazem o desafio de analisar as implicações e reverberações mais longínquas das negociações do contexto local.

Considerações finais

Estas definições, distinções e críticas aqui apresentadas visam ajudar a mapear o campo de vocabulários e questões no qual o construcionismo social está inserido. Este mapeamento não abrange a riqueza e a pluralidade aí existentes, mas serve como orientador na compreensão dos diferentes textos e propostas construcionistas.

No campo da produção do conhecimento, a proposta construcionista é a de produzir inteligibilidades teóricas que sustentem a coordenação da ação humana a partir de valores e convenções já legitimados socialmente, bem como promover uma série de críticas às convenções sociais, seja através de uma crítica da prática científica, ou de outras práticas da cultura, ou mesmo de uma crítica que leve à ruptura geral do convencional.

Dessa forma, o construcionismo promove o reconhecimento da imersão cultural dos conhecimentos científicos e das práticas por eles sustentadas, e convida à transformação e inovação cultural. É neste contexto que o construcionismo enfatiza a responsabilidade relacional (McNamee & Gergen, 1999) do pesquisador, questionando sua retórica da verdade e a autoridade aí pretendida. Como ciência e prática profissional, cabe à Psicologia uma reflexão crítica sobre as teorias por ela promovidas, e uma redefinição de conceitos que enfatizem a construção relacional das pessoas e do mundo, ampliando os vocabulários existentes e as formas de relacionamento possíveis.

Referências Bibliográficas

Anderson, A. (1997). *Conversation, language and possibilities*. New York: BasicBooks.

Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. Londres: Routledge.

Danziger, K. (1997). The varieties of social construction. *Theory and Psychology*, 7, 399-416.

Dickerson, V. & Zimmerman, J. (1996). Myths, misconceptions, and a word or two about politics. *Journal of Systemic Therapies*, 15, 79-88.

Efran, J. S. & Clarfield, L.E. (1998). Terapia construcionista: sentido e contra-senso (C. O. Dornelles, Trad.). Em S. Mcnamee & K. J. Gergen (Orgs.), *A terapia como construção social* (pp.239-260). Porto Alegre: Artes Médicas.

Fried Schnitman, D. & Fucks, S. I. (1996). Metáforas da mudança: terapia e processo (J. H. Rodrigues, Trad.). Em D. F. Schnitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 377-391). Porto Alegre: Artes Médicas.

Gergen, K.J. (1973). Social Psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-320.

Gergen, K.J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.

Gergen, K.J. (1997). *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press.

Gergen, K.J. (1999). *An invitation to social construction*. Londres: Sage.

Grandesso, M. (2000). *Sobre a reconstrução do significado*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hoffman, L. (1990). Constructing realities: an art of lenses. *Family Process*, 29, 1-12.

Leppington, R. (1991). From constructivism to social constructionism and doing critical therapy. *Human Systems*, 2, 79-103.

Mcnamee, S. (no prelo). Bridging Incommensurate Discourses: A response to Mackay. *Theory in Psychology*, 13.

Mcnamee, S. & Gergen, K. J. (1999). *Relational responsibility*. Londres: Sage.

Michael, M. (1997). Individualistic humans: social constructionism, identity and change. *Theory and Psychology*, 7, 311-336.

Nightingale, D. J. & Cromby, J. (1999). *Social constructionist psychology*. Buckingham: Open University Press.

- Niemeyer, R. A. (1998). Social constructionism in the counselling context. *Counselling Psychology Quarterly*, 11, 135-150.
- Parker, I. (1998). *Social constructionism, discourse and realism*. Londres: Sage.
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2001). Contribuições do pensamento construcionista para o estudo da prática grupal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 201-209.
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2003). Grupo de apoio aberto para pessoas portadoras do HIV: a construção da homogeneidade. *Estudos de Psicologia*, 8, 55-62.
- Rasera, E. F., Guanaes, C. & Japur, M. (2004). Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 157-165.
- Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. Londres: Sage.
- Shotter, J. & Lannamann, J. W. (2002). The situation of social constructionism. *Theory and Psychology*, 12, 577-609.
- Spink, M. J. (1999). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano*. São Paulo: Cortez.
- Zuriff, G. (1998). Against metaphysical social constructionism in psychology. *Behavior and Philosophy*, 26, 5-28.